

Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho

Marcelino Andrade Gonçalves*

1. Introdução

A globalização e a reestruturação do capital em nível mundial, produziram novas questões e acirram, em algumas partes do mundo, os problemas já existentes, sobretudo os de ordem social e econômica.

As transformações advindas deste processo, que levaram a uma ampla remodelação da gestão do processo produtivo, das formas de emprego das técnicas e exploração da força de trabalho, alcançaram neste final de século uma dimensão, no que diz respeito a produção e a escala territorial do capital, que extrapola o que até então pode ser visto.

E é sobre a força de trabalho em condições de ser utilizada na produção, que recaiu o ônus destas transformações todas, com o avanço das técnicas e com o emprego em massa de tecnologia, há um redimensionamento nas formas de exploração do trabalho, que se poupado quantitativamente pelo emprego das técnicas é por elas explorado qualitativamente de maneira mais intensa.

Este quadro de desemprego tecnológico, muito mais presente nos países onde foram geradas e aplicadas estas inovações, agrava ainda mais o problema do desemprego nos países que possuem uma industrialização intermediária combinada a uma grande desigualdade econômica e social, como o Brasil, que agora, como sempre, se adequa a nova ordem econômica mundial sem atentar para o agravamento dos problemas socioeconômicos existentes.

É este o contexto em que proliferam o subemprego, o trabalho precário e o informal, sendo estas as maneiras encontradas por grande parte da classe trabalhadora para garantir a sua sobrevivência na era tecnológica do capital global.

Estas formas de aproveitamento e exploração da força de trabalho ampliam-se, expressando-se territorialmente nos centros urbanos, diversificadas e sem uma organização interna estruturada espalham-se por diversos ramos, da produção de mercadorias a comercialização e a prestação de serviços, revelando-se muitas vezes mais do que formas de trabalho, meios para a sobrevivência.

2. Informalidade e precarização no processo de exploração da força de trabalho na era da globalização

O atual estágio de desenvolvimento tecnológico e organizacional do modo capitalista de produção, revela grandes transformações e redimensionamentos na utilização das forças produtivas em âmbito mundial, sobretudo, no que se refere a mercadoria força de trabalho.

Os novos modelos de gestão e controle dos processos produtivos, principalmente os elaborados nas fábricas japonesas como o toyotismo, e exportados primeiramente para os outros países, que também ocupam uma posição central na economia mundial e que vem sendo apresentados e implantados como a tábua de salvação a ser seguida por todas as outras economias

que compõem o cenário capitalista mundial, sendo esta a condição para os que “não querem ficar fora deste mercado mundializado”, reconfiguram, nas mais diversas escalas territoriais os elementos deste mesmo mercado. De acordo com Ricardo ANTUNES (1998);

“Se as experiências de acumulação flexível, a partir da experiência da ‘Terceira Itália’ e de outras regiões, como a Suécia, trouxeram tantas conseqüências, em tantas direções, foi, entretanto, o *toyotismo* ou o *modelo japonês*, que maior impacto tem causado, tanto pela revolução técnica que operou na indústria japonesa, quanto pela potencialidade de propagação que *alguns dos pontos básicos do toyotismo* têm demonstrado, expansão que hoje atinge escala mundial.”(p.23)

As inovações tecnológicas, principalmente na informática e na robótica, combinadas com novas formas de gestão e exploração da força de trabalho, aliadas a inovações nos processos de distribuição e consumo das mercadorias, tanto as que serão utilizadas pelas indústrias como matéria prima, como a que por elas serão comercializadas, desencadeiam mudanças que se primeiramente podem ser observadas no “chão das fábricas” das economias mais avançadas, com a nova organização territorial assumida pelo capital constante e pela força de trabalho no processo produtivo, não se limitam, no entanto, a está escala e nem mesmo podem ser reduzidas a mudanças de forma, evidenciam o redimensionamento que ocorre na essência do processo, transformando e dando novas características ao par antagônico que o compõe, (o capital e o trabalho) diversificando ainda mais a divisão social do trabalho em escalas locais e mundiais.

No entanto, as inovações tecnológicas e as novas formas de gestão e controle da força de trabalho e do processo produtivo, não se esparramam pela economia capitalista mundial atingindo a todas as economias e territórios igualmente. Longe disto, transformam e influem de maneira diferenciada a cada economia, a cada país, de maneira a otimizar a combinação entre as novas regras e condições impostas para a participação no mercado mundial regido pelo capital, com a especificidade da estrutura social, econômica e territorial de cada país, sendo esta a combinação a ser buscada e mantida pelas economias dos países mais pobres para uma lucrativa participação na concorrência mundial. Segundo SANTOS (1997):

“O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades* oferecidas pelos lugares. Esse dado é, hoje, fundamental, já que o imperativo da competitividade exige que os lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir a uma dada produção uma produtividade maior. Nesse sentido, o exercício desta ou daquela ação passa a depender da existência, neste ou naquele lugar, das condições locais que garantam eficácia aos respectivos processos.” (p.271)

Se atualmente o toyotismo, a flexibilização do trabalho, combinados a ideologia neoliberal que remodela o atual modelo de Estado que prega um mercado livre e regido por suas próprias leis, produzem uma atmosfera ideológica que envolve a economia mundial e neste “envolvimento” coloca para classe trabalhadora, em âmbito mundial, novas condições para a exploração do seu potencial criativo, considerando que se a lógica do capital é a mesma para todo o mundo, a

manifestação deste processo é diferenciada de acordo com as especificidades locais, visando sempre melhorar as condições de competitividade das empresas na economia mundial.

Desta forma, as transformações não se dão com a mesma intensidade em todos os países e lugares, conseqüentemente, não determinam os mesmos aspectos e características na composição da força de trabalho em todo mundo, não a homogeneiza globalmente e sim a heterogeneiza cada vez mais enquanto força produtiva, complexificando a divisão social do trabalho a partir das condições já existentes, se de um lado cria uma força de trabalho extremamente bem formada e capacitada, de outro lado intensifica e acelera o aparecimento de novas atividades que exploram a força de trabalho precariamente, heterogeneizando suas classificações e qualificações sem no entanto, por em questão a lógica da reprodução ampliada capital, realizada na exploração do trabalho assalariado.

E, contraditoriamente ao que apresenta o discurso atualmente hegemônico de que estamos vivendo um momento de supremacia da técnica que irá contribuir cada vez mais para a complexificação das atividades produtivas e para qualificação técnica da força de trabalho na era do capital mundial, vemos crescer e tornarem-se diversas as atividades econômicas e produtivas consideradas arcaicas ou de menor importância para a economia.

Desta forma, nos países de maior crescimento da economia capitalista, onde as inovações tecnológicas e a gestão do processo produtivo industrial já se encontram mais avançadas, inclusive substituindo o fordismo por outra forma de organização da produção (Antunes 1998), podemos notar as transformações resultantes deste processo, e as implicações disto na caracterização e composição da classe trabalhadora destes respectivos países, tanto a parcela que segundo o ditame do mercado encontra-se apta a ser utilizada nos seus setores de ponta, como a parcela crescente dos que estão desempregados, ou buscando sobreviver em outras atividades, como trabalhador autônomo ou informal, procurando fora do mercado de trabalho formal. Segundo CATTANI (1996):

As economias avançadas viram renascer os ‘bicos’ e o subemprego no setor informal, que até recentemente, era considerado um apanágio das situações de subdesenvolvimento.(p.48)

Se para as economias avançadas a reestruturação do processo produtivo capitalista trouxe como efeito perverso o surgimento de atividades econômicas e formas de aproveitamento e exploração do trabalho que fogem ao padrão técnico moderno e faz lembrar aspectos de subdesenvolvimento, destacando-se as atividades econômicas e as relações de trabalho informais^[1], o trabalho parcial e o subemprego, é nos países mais pobres que este processo se mostra ainda mais perverso.

A nova ordem econômica mundial regida pelo capital remodela por inteiro a economia destes países que, historicamente sempre foram economicamente subjugados, intensificando as desigualdades sociais já existentes, perpetuando uma estrutura social marcada por uma grande concentração de renda, por uma grande diferença econômica entre os ricos e os pobres, que se revela também uma grande diferença de acesso a educação, saúde e ao trabalho assalariado. Sendo este último colocado como o único meio para a sobrevivência da maior parte da população destes países e que é composta pela classe efetivamente produtiva, a dos trabalhadores.

A importação das novas tecnologias, o desmonte do Estado, a reorganização do processo produtivo e a inserção destes países na economia global, têm promovido um acirramento cada vez maior das desigualdades apontadas. A América Latina tem se tornado exemplo, pois nesta última década, os países deste continente têm sido palco da ampliação das mazelas sociais já existentes.

De um lado as economias destes países se voltam para o mercado mundial, como projeto das elites e de governo, e por “incentivos” de órgãos econômicos internacionais como FMI, BIRD, apoiados no discurso da liberalização da economia, de que se torna necessário competir na economia mundial para chegar ao primeiro mundo, de outro lado estão os trabalhadores, os excluídos de tudo, ou os mal incluídos em quase nada, socializando o prejuízo destas ações para uma brilhante participação nacional na economia mundial. Afinal torna-se necessário que “todos” façam um sacrifício para tornar o mercado um campo livre, de acordo com neoliberalismo, em que todos possam concorrer, competir para que mais aptos e fortes vencer. Como afirma BRAGA (1996):

“Ao idolatrar o mercado, demonizar o Estado, exaltar a empresa privada, sacralizar o individualismo ultra-egoísta e transformar o ‘darwinismo social de mercado’ em algo desejável e eficaz do ponto de vista econômico, o neoliberalismo como projeto hegemônico resume e compõe o senso comum de nossa época”.(p.224)

É de acordo com esta nova lógica, que grande parte dos trabalhadores destes países tem que se contentar com as péssimas condições sociais em que vivem, tendo que trabalhar sempre mais por menos salário, isto se encontrarem emprego, ou então buscarem empregar-se em atividades ainda mais precárias para garantir a sua sobrevivência, o que diversifica e expande as atividades econômicas informais, o trabalho precário, o informal e o subemprego. Segundo SALAMA (1999):

“Nos últimos anos, o Brasil, a Argentina e o México estiveram comprometidos com um modelo similar: uma expansão do PIB cada vez mais dependente das entradas de capitais; um crescimento das desigualdades, tanto entre as rendas do trabalho e as do capital quanto, dentro destas, entre as dos trabalhadores qualificados e as dos não-qualificados; um índice de desemprego crescente e uma expansão significativa dos empregos precários em relação aos existentes nos anos 80; grandes flutuações do nível de atividade econômica, das quais os pobres são as principais vítimas.”(p.11)

A precarização do trabalho, a informalidade e o subemprego, ao territorializar-se diversificadamente nos países da América latina enquanto atividade econômica, ocupacional e de exploração da força de trabalho que garantem minimamente a sobrevivência de muitos trabalhadores, revela-se então como sendo produto de um processo mais amplo que guarda relações com toda a reestruturação do capitalismo no mundo, que implica logicamente em uma redivisão social do trabalho, gestada nas economias centrais e que incluem e se espalham para as demais economias e países no mundo.

Todas as transformações decorrentes deste processo, apregoadas como a mostra do poder supremo do capital mundializado, possibilitado pelas novas técnicas e que toma uma dimensão econômica e territorial jamais vista, perde o seu aspecto de avanço modernizador quando se passa a observar além das atuais formas organizativas da produção nas grandes empresas, a expressão da organização territorial e das relações de produção, principalmente no que diz respeito à exploração da força de trabalho, nas atividades que utilizam o trabalho precário, terceirizado, informal etc. nos países coadjuvantes neste mercado global.

Alguns destes países, como o Brasil, apresentam ramos industriais que já utilizam tecnologias de ponta na produção, e também organizam alguns setores do processo produtivo de acordo com as novas tendências de gestão, lançando mão de estratégias de mercado e de emprego da força de trabalho, tal qual as utilizadas nos países onde se concentra o poder econômico, que se revela também no poder político do capital, sem anular ou extinguir a precarização das relações de trabalho.

Ao contrário, podemos observar um crescimento constante deste fenômeno nestes países, que acabam por combinar a participação na economia globalizada, os avanços tecnológicos e produtivos em alguns setores da economia, com o trabalho informal, o subemprego e no Brasil mais especificamente, alguns casos de trabalhadores utilizados como escravos ou semi-escravos. Segundo ANTUNES (1999):

“O mundo do trabalho viveu, como resultado das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, particularmente nos países capitalistas avançados, com repercussões significativas nos países de Terceiro Mundo dotados de uma industrialização intermediária, um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma *desproletarização* do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado.(...)Mas, paralelamente, efetivou-se uma significativa *subproletarização* do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado a economia informal, ao setor de serviços etc, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa *heterogeneização, complexificação e fragmentação* do trabalho.”(p. 209)

Ainda para ANTUNES (1999) este alargamento das diversas formas de trabalho precarizado, permitem colocar em questão as teses que apontam para a supressão, ou mesmo eliminação da classe trabalhadora na era do capital mundializado e tecnicamente avançado.

O Brasil, como já dissemos anteriormente, é exemplo gritante do novo contexto de transformações que compõem o cenário mundial, e que atingem as economias dos países de industrialização intermediária e a sua classe trabalhadora.

Participante da economia mundial financeirizada, o Brasil assume, através do governo federal o papel que lhe é imposto pelos órgãos de gestão econômica mundial, tais como o FMI e o Banco Mundial, assumindo todos os ditames econômicos para a participação nesse grupo de seletos, isto com base na recessão, corte nos gastos públicos em áreas básicas como saúde, educação, habitação e reforma agrária, amplo programa de privatização das estatais, arrocho salarial, com os servidores públicos sem aumento a seis anos e sem aumento significativo para os aposentados, isto porque aumentos salariais levariam, segundo o próprio governo, a um desequilíbrio nas contas e poderia trazer a tão temida inflação de volta.

No entanto, este mesmo governo assume publicamente a sua preferência em manter este quadro caótico, para honrar seus compromissos com credores sanguessugas nos exterior, que faturam anualmente bilhões de dólares em suas especulações. Este mesmo governo estabelece uma linha política econômica que favorece empréstimos a banqueiros, justificando-se, com o discurso de que o Brasil necessita realizar um bom desempenho na economia globalizada para assim galgar um dos primeiros lugares.

Esta opção do governo brasileiro para condução da economia nacional, vem montada em uma série de ajustes locais, na política econômica e social que verticalizam ainda mais as péssimas condições em que já se encontrava grande parte da população.

O aumento do desemprego, medido pela exclusão do emprego formal, é apontado como a maior das mazelas, e como elemento que levará a um aprofundamento da crise social, já que grande parte da classe trabalhadora não tem outra forma de garantir a sua sobrevivência se não pela venda da sua força de trabalho, este fenômeno além de uma raiz estrutural, que é a da inserção de novas tecnologias no processo produtivo e que poupa quantitativamente a força de trabalho, tem uma outra fincada na política econômica recessiva adotada pelo governo, sendo esta a que alcança maior

dimensão no que se refere a determinação das condições sociais existentes hoje no Brasil. Segundo SINGER (1998):

“A exclusão do emprego formal é particularmente importante no Brasil, primeiro, pela grande parcela da população que é atingida e, segundo, por *provavelmente estar crescendo*. (...) A exclusão do emprego formal, contudo, provavelmente é, em função de uma grande mudança estrutural em escala mundial, derivada da Terceira Revolução Industrial. Na medida em que o Brasil vem abrindo sua economia ao comércio e investimento exteriores, tais tendências possivelmente estão se reforçando”.(p.105)

Uma política que leva a abertura do mercado a produtos multinacionais, estimulando e possibilitando o seu consumo com a sobrevalorização da moeda nacional, com isso há o aumento da importação e a diminuição do consumo e da produção industrial interna e com agravamento do desemprego, conseqüentemente aumento da oferta de força de trabalho no mercado, e como toda mercadoria em grande oferta, a preço baixo e com possibilidade de escolha das melhores mercadorias a serem consumidas.

No Brasil o quadro gerado pela reestruturação produtiva do capital, na era da economia mundializada, é de superoferta da mercadoria força de trabalho, parte destes trabalhadores são então abandonados e impedidos de participar do mercado de trabalho, outras são subaproveitadas, sejam os muito novos e desqualificados, sejam os que podem ser considerados velhos e despreparados ou sem muita energia, restando a estes trabalhadores, ou a estas mercadorias sem compradores, buscar alternativas para a sua sobrevivência, daí o crescimento no Brasil das atividades econômicas e de trabalho que fogem ao padrão organizacional e técnico atual de desenvolvimento econômico. O trabalho por contra própria, terceirizado, o informal, são apenas algumas das classificações que são estabelecidas para a nomeação de um fenômeno crescente que é o de precarização das relações e condições de produção e de trabalho.

Para minimizar esta situação que poderia levar a uma convulsão social, são tomadas medidas por parte do governo brasileiro para a criação e ampliação de vagas de trabalho, ações que exigem grandes sacrifícios, que infelizmente recaem sobre os ombros, mais uma vez, dos trabalhadores, que vão desde a isenção de impostos para empresas que contratam, até a perda ou supressão dos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores.

Obedecendo ao ditame da ideologia neoliberal, que prega a supremacia do mercado, que deve ser livre para resolver seus próprios entraves, sem a atuação do Estado, instauram-se ações políticas que levam a destruição do aparato jurídico e social que, mesmo de forma ineficiente, regrava alguns conflitos e contratos entre trabalhadores e patrões. Os participantes do jogo concorrencial do mercado, empresas, patrões e trabalhadores, estão agora livres para negociar as formas sob as quais se darão suas relações comerciais e o governo brasileiro cuidará para que não haja intromissão das instâncias do Estado, que possam criar dificuldades. Isto tudo em nome da expansão do mercado, do emprego e das condições de concorrência entre as empresas.

É neste contexto que vemos a acentuação dos problemas ligados ao mercado de trabalho no Brasil, que carrega em si marcas profundas de outros momentos históricos, que também sobre hegemonia econômica e política do capital estrangeiro, que ditava quais medidas deveriam ser tomadas para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Se até meados dos anos cinqüenta a economia brasileira esteve marcada pelo peso político e econômico hegemônico da aristocracia agrária, exportadora de matérias primas e importadora de bens industrializados, após esta década implanta-se definitivamente uma política voltada para o

desenvolvimento industrial, que se caracterizou pela importação de máquinas e de tecnologia dos países centrais, redimensionando, com a instalação das indústrias, a configuração do poder político e econômico no Brasil, inclusive suas bases territoriais que passaram a estar onde estavam os capitais industriais, ou seja, nas cidades.

Esta industrialização tardia, em comparação aos países centrais, mas rapidamente instaurada, foi agente de grandes transformações territoriais e sociais no Brasil, não só redimensionou a divisão social do trabalho, como remodelou toda a classe trabalhadora, que antes ocupava e trabalhava no campo, que fora também mecanizado, e que abruptamente teve que se adaptar ao trabalho assalariado em um novo território, o industrial urbano.

Todos conhecemos as conseqüências deste processo, a urbanização acelerada, o crescimento vertiginoso das cidades, a formação de um amplo exército de reserva de força de trabalho que possibilitou a diminuição dos salários e o subaproveitamento dos trabalhadores, isso para os que conseguiam empregos, pois, os rejeitados pelo mercado de trabalho tiveram que buscar meios para subsistir em outras atividades, na informalidade, no subemprego, agravando o quadro de miserabilidade dos trabalhadores urbanos. Como afirma CAMPOS FILHO (1999):

“A urbanização superacelerada resulta de um modo particular de industrialização que, ao mesmo tempo em que, no campo, sobremecaniza a produção agrícola em propriedades de dimensão cada vez maiores, na cidade sobrecapitaliza a produção industrial e de serviços. A conjunção destes fatores amplia a migração campo cidade, ao mesmo tempo que reduz, proporcionalmente ao capital investido, a oferta de empregos no chamado mercado formal urbano, gerando um crescimento exagerado do mercado urbano informal de empregos, do subemprego do desemprego, reduzindo a capacidade de barganha política dos trabalhadores por maiores salários e por melhores condições de trabalho e de vida nas cidades.”(p.39)

A marca destes acontecimentos, relativamente recentes, ainda estão presentes na economia, na sociedade, no território, enfim, marcam profundamente a divisão social do trabalho no Brasil pelas desigualdades de condições de vida e de trabalho.

As novas determinações, geradas pela reestruturação capitalista em âmbito mundial, têm levado a um agravamento e a um aumento destas disparidades, mesmo com a falácia da economia globalizada e moderna, o que vemos é um aumento da miséria da classe trabalhadora, do desemprego, da precarização do trabalho e da economia informal nos centros urbanos.

A cidade passa, em um curto período de tempo, a ser o espaço de concentração da classe trabalhadora, e o meio onde esta deve obrigatoriamente buscar os meios para sobreviver, lugar que passa a expressar tanto quanto a desigualdade e a diversidade das relações econômicas e sociais, as estratégias de ação desenvolvidas pelos menos favorecidos para garantir a sua sobrevivência. Estratégias que nem sempre buscam o questionamento a contestação das relações postas, mas procuram constituir meios para uma inclusão, mesmo que precária, na lógica social posta, que é hegemônica pelo sistema produtor de mercadorias.

Desta forma, ao serem rejeitados pelos mais diversos fatores, pelo mercado de trabalho formal composto pelos setores modernos da economia os trabalhadores recorrem a atividades econômicas marginais, de pequena produtividade, muitas vezes trabalhando por conta própria, oferecendo serviços que satisfaçam a necessidade de outros cidadãos, comercializando geralmente industrializados contrabandeados ou nacionais de baixo preço e que possibilitem um acréscimo em seu preço, como acontece com os camelôs, ou ainda, procurando estabelecer uma pequena unidade de produção de maquinofaturados, sendo estes só alguns exemplos das atividades econômicas e de

trabalho que compõe a economia informal: Segundo SANDRONI (1994) a economia informal pode ser assim definida:

“Parte da economia que abrange pequenas unidades dedicadas à produção ou venda de mercadorias ou a produção de serviços. Sua denominação vem do fato de que a maioria destas unidades não é constituída de acordo com as leis vigentes, não recolhe impostos, não mantém uma contabilidade de suas atividades, utiliza-se geralmente de mão-de-obra familiar e seus eventuais assalariados não são registrados”.(p.109)

Assim, tendo como parâmetro básico para a definição das atividades informais, o não obediência ao regramento estabelecido pelo Estado para a produção, comercialização e a compra de mercadorias, dentre estas a força de trabalho, o fenômeno da informalidade não fica restrito as relações de trabalho sem carteira assinada, vai além, passa a englobar também os momentos de compra e venda de mercadorias e serviços em que não se obedece as leis de pagamento de impostos.

O universo do fenômeno da *informalidade* é então bastante amplo, revelando uma ampla gama de situações em que podemos considerar uma atividade econômica e de trabalho informais, mas também é certo que cada uma destas atividades guarda uma especificidade em relação as demais, se num primeiro momento podem ser homogeneizadas a partir de um ponto comum, a informalidade, certamente uma análise mais aprimorada revelará uma diversidade de situações de relação e condições de trabalho, aplicação de técnicas e máquinas e formas de gerenciamento da produção, da comercialização das mercadorias e dos serviços.

3. Bibliografia

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização.** Londrina: Práxis, 1999.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Campinas: Cortez, 1998.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa.** São Paulo: Boitempo, 1998.

BRAGA, RUY. **A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea.** São Paulo: Xamã, 1996.

BRUNHOFF, S. de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo.** São Paulo: UNESP, 1991.

CAMPO FILHO, M.C. O processo de urbanização visto no interior das cidades brasileiras: a produção, apropriação e consumo do seu espaço. In: **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos.** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

CATTANI, A.D. **Trabalho e autonomia:** Petrópolis: Vozes, 1996.

- CIGNOLLI, A. **Estado e força de trabalho: introdução a política social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FORBES, D.K. O emprego e o setor informal. In: **Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 288 - 296.
- GONZALES, B. C. R. **A pequena empresa e o setor informal: uma análise das barreiras existentes ao livre crescimento e transição ao setor informal**. (Dissertação de Mestrado em Economia apresentada na UFRGS) Porto Alegre, 1989.
- MACHADO da SILVA, L. **Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade**. In: **Tempo e presença**, nº269, ano 15, maio/junho, Cedi, RJ, 1993. p.31-34
- MOREIRA, R. **O discurso do avesso (para a crítica da Geografia que se ensina)**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.
- SANDRONI, P.(Org.) **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1989.
- SANTOS, M. **Pro uma outra globalização**. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

* Mestre em Geografia. Vice-diretor da AGB-Seção Local Presidente Prudente e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

[1] As atividades econômicas e de trabalho informal são classificadas aqui como aquelas que fogem ao regimento contratual instituído, ou seja, aquelas que não obedecem as regras instituídas e supervisionadas pelo governo e pelas instâncias burocráticas do Estado, não recolhendo impostos, não estabelecendo contratos formais entre comprador e vendedor, ou ainda entre trabalhador empregado. É necessário considerar que a informalidade assim entendida torna-se diversa, abrangendo várias atividades, não se resumindo a atividades desenvolvidas por trabalhadores sem qualificação, mas abrangendo-as, assim o trabalho parcial e o subemprego, por exemplo, tomam dimensões ainda mais terríveis sob a informalidade.